



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

REGISTRO DE REUNIÃO

Comitê Gestor do Programa Nacional de Resgate da Memória da Justiça do Trabalho CGMNa-JT

Dia: 11 de novembro de 2016

Horário: 08:30h às 11:00h

**LOCAL: GABINETE DO MINISTRO AUGUSTO CÉSAR LEITE
EDIFÍCIO SEDE DO TST, BLOCO B, SALA 171 - BRASÍLIA.**

PARTICIPANTES	Comitê Gestor do Programa Nacional de Resgate da Memória da Justiça do Trabalho - CGMNac-JT
	<ol style="list-style-type: none">1. Augusto César Leite de Carvalho2. Eneida Melo Correia Araújo3. Maria Cristina Diniz Caixeta4. Denise Marsico do Couto5. Cilene Ferreira Amaro Santos <p>Colaboradores:</p> <ol style="list-style-type: none">1. Luiz Fernando Duarte de Almeida – Secretário2. Lilian Pinheiro Dantas – CGDOC/CSJT3. Leonardo Neves Moreira – CGDOC/CSJT

Pauta

Assunto	Providências
1. Realização do Inventário dos Arquivos Permanentes da Justiça do Trabalho Proposição: Dra. Magda Biavaschi	Adiar o tópico para a próxima reunião, pois a Dra. Magda poderá participar. Garantido que não se encerrará o prazo.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

<p>2. Definição do procedimento para renovação do CGMNac-JT (Conforme o ATO CONJUNTO Nº 37/2011 – TST.CSJT.GP, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2011.)</p> <p>Proposição: Ministro Augusto Cesar</p>	<p>Grupo continua até o fim da gestão do ministro Augusto César na comissão de documentação.</p> <p>Desembargador Cilene informou que não há problema deixar o mandato com menos de 4 anos.</p> <p>Sugestão: pensar uma modificação regimental para que a representação seja feita por região geográfica.</p>
<p>3. Política e diretrizes de gestão de documentos arquivísticos: a) inclusão de requisitos – Moreq-jus – no PJe; b) projeto para criação de uma repositório digital; c) projeto para implantação do Atom como forma de disponibilizar conjuntos arquivísticos históricos.</p> <p>Proposição: Dra. Cristina Caixeta e Luiz Fernando</p> <p>Sugestão: convidar Dr. Fabiano Coelho de Souza, juiz auxiliar da presidência, responsável pela coordenação do PJe Nacional</p>	<p>Decisão: para início do trabalho, criar procedimento/regulamentação conjunta para implantação do selo histórico no PJe.</p> <p>Decisão: CGMNac-JT irá solicitar um assento no conselho gestor nacional do PJe. Encaminhar um expediente diretamente ao Presidente do CSJT/TST. Assim, o Juiz Fabiano poderia defender essa representação.</p> <p>—</p> <p>Decisão: CGMNac-JT oficiará à Corregedoria Geral da Justiça do Trabalho para reforçar no âmbito dos TRTs a importância de se observar os documentos normativos do CSJT relacionados à avaliação e eliminação documental. Para isso, citar o exemplo do TRT 17 que tem um recurso nesse sentido no CNJ.</p>



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

<p>4. Adoção de vocabulário controlado – Tesouro da Justiça do Trabalho – para indexação de conjuntos arquivísticos.</p> <p>Proposição: Dra. Cristina Caixeta</p> <p>Sugestão: convidar Dra. Virginia Veríssimo, Coordenadora da Coordenadoria de Documentação do TST.</p>	<p>Decisão: alterar do ato conjunto ato do programa de resgate para inserir um objetivo a mais</p> <p>Decisão: criar, dentro do CGMNac-JT, um subcomitê para criação de tesouro específico para Justiça do Trabalho.</p>
INFORMES	
<p>1. Admissão da série dissídios do fundo do Conselho Nacional do Trabalho no programa “Memória do Mundo da UNESCO”.</p>	
<p>2. Lançamento da Arquivoteca Digital do TST</p>	
<p>3. Encaminhamento do Documento de Oficialização de Demanda para a Coordenadoria Nacional do PJe, visando incluir requisitos arquivísticos no sistema PJe-JT.</p>	